

---

## TERRITORIALIDADES E DINÂMICA SOCIOPOLÍTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA PÓS- 2000

Ana Sarah dos Passos<sup>1</sup>

### RESUMO

O artigo objetiva compreender a organização socioterritorial e a distribuição da agricultura familiar e camponesa em Minas Gerais, especificamente na região Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba através da representação dos estabelecimentos agropecuários e área correspondente dos agricultores familiares com base nos Censos Agropecuários do IBGE de 2006 e 2017. Foi realizada a coleta de dados qualitativos de pesquisadores da área de agrária, expondo uma síntese sobre a agricultor familiar e o camponês no Brasil. Os quais os resultados dos dados sistematizados apontam que durante o período estudado o fator emblemático desse grupo é a incoerências das políticas públicas para que sejam eficazes e fortaleçam o segmento da agricultura familiar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura familiar; agricultura empresarial; uso da terra; condição legal das terras.

### ABSTRACT

The article is a result of the project and aims to understand the Socioterritorial organization and show the distribution of family and peasant agriculture in Minas Gerais, specifically in the Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba region through the representation of agricultural establishments and the corresponding area of family farmers based on Agricultural Censuses from the IBGE in 2006 and 2017. Also, the research carried out the collection of qualitative data from researchers in the agrarian area, exposing a synthesis about the family farmer and the peasant in Brazil. Which the results of the systematized data indicate that during the period studied the emblematic factor of this group is the incurrence of public policies to be effective and strengthen the segment of family farming.

**KEYWORDS:** Family farming; entrepreneurial agriculture; land use; legal status of land.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e membra do Laboratório de Geografia Agrária - (LAGEA) do Instituto de Geografia - (IG/UFU). Bolsista do projeto 430698/2018-6 - TERRA, MODERNIDADE E CONFLITOS AGRÁRIOS: EFEITOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO SUCROENERGÉTICO NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA NO PÓS-2 (Edital Chamada MCTIC/CNPq Nº 28/2018 - Universal. Nos anos 2019/2020 E-mail: [aspassos10@gmail.com](mailto:aspassos10@gmail.com)

## **INTRODUÇÃO**

O presente artigo intitulado “Territorialidades e Dinâmica Sociopolítica da Agricultura Familiar Camponesa no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba Pós- 2000”, tem como temática central analisar e demonstrar a representatividade da agricultura familiar em de Minas Gerais com ênfase na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Nesse estudo, realizamos uma discussão sobre a agricultora familiar Lei nº 11.326/2006 mais conhecida como a Lei da Agricultura Familiar e as políticas públicas destinadas a estes.

Foram levantados e sistematizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE através dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. Notadamente as variáveis: Distribuição área e unidades da agricultura, uso da terra, atividades econômicas, condição legal e a produção pecuária entre outras. Visando apresentar a distribuição da agricultura familiar, isto é, o predomínio dessas modalidades em termos de área (ha) e número de estabelecimentos (unidades), confrontando esses dados na perspectiva de desvendar as variações de ambos os dados em Minas Gerais e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, ou seja, propiciando uma análise da conjuntura atual do campo mineiro e da mesorregião.

Para desvendar algumas lacunas no campo do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba utilizamos os dados do Censo Agropecuário do IBGE dos anos 2006 e 2017 como supracitado considerando ambas as variáveis. São essenciais para as pesquisas, devido ser uma "coleta de informações em campo sobre as características dos estabelecimentos rurais, a produção agropecuária, a ocupação laboral no campo e uma infinidade de variáveis que caracterizam as formas de apropriação da terra e a produção agrícola e pecuária.” (MITIDIERO JR, et al, 2017, p.8)

Mitidiero Jr, et al (2017, p.14) ainda expõe que o Censo Agropecuário Agricultura Familiar é, com toda certeza, um avanço no ordenamento estatístico sobre o campo. Pois mostra “que os pequenos produtores produzem boa parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, transformado essa realidade em um dado oficial de Estado.” Porém, o Censo Agropecuário encontra algumas problemáticas em sua metodologia de 2017, como afirma Teixeira (2020), pois utilizou outros critérios para ampliar os estabelecimentos da agricultura familiar, todavia continua sendo o mais amplo banco de dados para pesquisas sobre a temática.

Assim, o estudo realizou uma síntese sobre a discussão agricultura familiar e camponato embasado em estudiosos da área de agrária. Ainda, apresenta características socioeconômicas dos agricultores familiares em Minas Gerais e TM/AP, apontando a evolução populacional durante o período de 2000/2010 e políticas públicas destinadas a essa modalidade. E analisa a distribuição em área e números da agricultura familiar em Minas Gerais e TM/AP confrontando dados que compreendem aos anos de 2006/2017. E ainda analisa dados do uso da terra, condição legal da terra, atividades econômicas e participação da agricultura familiar na produção agropecuária.

### **Referencial teórico e metodologia da pesquisa**

Em um panorama geral, o camponato tem suas características fundamentadas em suas formas de produção não capitalistas, sendo uma propriedade pequena administrada pela família e toda a força de trabalho é composta pelos membros da mesma, portanto, sua produção é objetivada para suprir as necessidades da família. No entanto, o camponato durante as décadas perpassa por inúmeras dificuldades, devido, a contextos políticos e econômicos em que vão sendo inseridos. Destarte, que alguns autores pressupõem que os camponeses não resistiram às pressões do capitalismo e iriam desaparecer, por outro lado, há estudiosos que acreditam que esse trabalhador do campo vai resistir e por conseguinte, se adapta às novas circunstâncias Estatais, econômicas e sociais.

Para Abramovay (1992), o camponato não subsistiria ao capitalismo, por não ser compatível com a economia de acúmulo de riquezas, isto é, não fazem uso de relações mercantilistas. Oliveira (1996), aponta que o camponato no Brasil não deixa de existir por mais que alguns pesquisadores afirmam que o camponato é obsoleto, para a autora o camponês continua em sua resistência no campo, porém, é conhecido como: Os assentados, sem-terra, posseiros, parceiros, rendeiros, colonos, pequenos agricultores, faxinalenses, caipiras, caiçaras, geraizeiros, camponeses de fundo e fecho de pasto, ribeirinhos, extrativistas, seringueiros, castanheiros, pescadores e retireiros do Araguaia, entre outros. Logo, se conclui que os camponeses não deixam de existir, mas são reconhecidos pela legislação vigente com outras nomenclaturas. Ainda segundo Wanderley (2004, p. 47)

O agricultor familiar é, sem dúvida, um ator social do mundo moderno, o que esvazia qualquer análise em termos de decomposição do campesinato, mas, como afirma Marcel Jollivet (2001: 80), “no agricultor familiar há um camponês adormecido” (Aliás, um camponês bem acordado). Assim, o que concede aos agricultores modernos a condição de atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade – e não simplesmente objetos de intervenção do Estado, sem história – é precisamente a dupla referência à continuidade e à ruptura.

Ou seja, o agricultor familiar é o camponês da atualidade, devido, o agricultor familiar não ter surgido quando foi sancionada a Lei 11.326/2006, que reconhece a agricultura familiar como uma profissão dentro do território brasileiro. Mas, é um trabalhador rural que tem sua história marcada por processos econômicos, políticos e sociais, aos quais na maioria das vezes negligenciados por grupos dominantes detentores de latifúndios.

Para Fernandes (2001, 2005) e França et. al (2009), o camponês esse autor social também continua e resiste no campo mesmo com as pressões sociopolíticas impostas pelo Estado. Assim, como Oliveira (1996), Buainaim e Fonseca (2011) afirma que o produtor rural (camponês) são inseridos em inúmeros contextos, sejam políticos e variações de lugares, isto é, como o Brasil é um território vasto dependendo da área esse camponês pode ser encontrado de várias formas de vida (cultura), e ser conceituado nos programas de políticas públicas, entre outros. Como afirma Wanderley (2017, p. 69) “A agricultura familiar se tornou a categoria consagrada, capaz de abranger todas estas formas de agricultura, baseadas na associação entre trabalho, família e produção, bem como aquelas fundamentadas nos laços comunitários de natureza étnica.”

Portanto, o debate sobre o campesinato ainda persiste até a atualidade e é inerente a sua resistência na terra e a modernização do campo, que é oriunda de uma economia extremamente capitalista, sendo a maior responsável pelas transformações do modo de vida desse camponês, que na atualidade mantém a sua essência como um pequeno agricultor que não acumula capital, mas utiliza da terra para suprir suas necessidades básicas, ou seja, produzir alimentos para sustento de sua família. E ainda ao excedente de sua produção consegue alimentar a população brasileira. Sendo a “(...) produção camponesa, mal assistida pelo Estado, com pouca terra - e geralmente com as piores terras -, são os que produzem a comida que vai para a mesa dos brasileiros. Essa realidade deveria fazer com que a reforma agrária fosse uma luta e um lema cotidiano na vida de todos nós. (MITIDIERO JR, et al, 2017, p.67)

Por outro lado, o camponês (agricultor familiar) não aparece repentinamente, esse pequeno produtor rural tem fatores históricos no campo brasileiro. Pois,

Esse campesinato tradicional é considerado por uns numa perspectiva evolutiva. Isto é, sua presença significativa numa sociedade corresponderia a um período pretérito historicamente ultrapassado pelas condições modernas do mercado e da sociedade. As análises que são elaboradas sob tal perspectiva dão ênfase aos processos de ruptura e contrapõem as categorias de camponês (tradicional) e agricultor (moderno). (WANDERLEY, 2004, p. 47)

O camponês necessariamente não é o agricultor familiar definido pelos marcos legais, pois este trabalhador rural tem sido considerado legalmente pela Lei nº 11.326/2006, que estabelece em suas diretrizes no “Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:”

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (Brasil, 2006)

No parágrafo 2º do mesmo artigo, são classificados quais são os beneficiários trabalhadores rurais que são ou deveriam estar respaldados por essa Lei. Sendo estes:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aquícultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º ; (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011)

VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º . (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011). (Brasil, 2006)

Portanto, o agricultor familiar (camponês) é reconhecido legalmente no país desde que possua uma área de até 4 módulos fiscais (como apresentado no mapa 2), e a gestão da propriedade e mão de obra seja apenas da família, a renda também deve ser integralmente também da propriedade. Ainda o Estado reconhece a

heterogeneidade da agricultura familiar no vasto território brasileiro, sendo estes: os silvicultores, agricultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, dentre outros, desde que se enquadrem nas disposições estabelecidas pela lei nº 11.326/2006. É imperativo que o agricultor familiar se enquadre em todos os requisitos para que possam ter acesso a políticas públicas destinadas aos mesmos.

A agricultura familiar é um setor essencial em qualquer política de segurança alimentar, principalmente porque a sua produção é majoritariamente provedora do mercado interno de alimentos e de matérias-primas, além de ser um fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda (Guilhoto et al., 2019; Grisa; Schneider, 2008). (apud LANDAU et. al 2020, p.98)

Ademais, umas das principais políticas públicas do governo federal direcionada para a agricultura familiar, evidenciam-se o Pronaf, benefício Garantia-Safra, PAA, PNAE, e os serviços de assistência técnica e extensão rural. Sendo o Pronaf Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar o qual objetiva disponibilizar créditos para os agricultores familiares, permitido serem pagos a longos prazos com juros baixos. O Garantia-Safra garante ao produtor familiar um benefício em caso de perda da safra, por causa de condições do clima sejam desfavoráveis para a produção. O PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) disponibiliza financiamento para obtenção dos produtos produzidos pela agricultura familiar, visando aumentar o lucro destes. O PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) é um outro programa do governo que disponibiliza recursos financeiros para aquisição de alimentos produzidos por agricultores familiares, para todas as etapas da educação básica pública. Todos esses programas têm um caráter de fortalecer a agricultura familiar no território brasileiro.

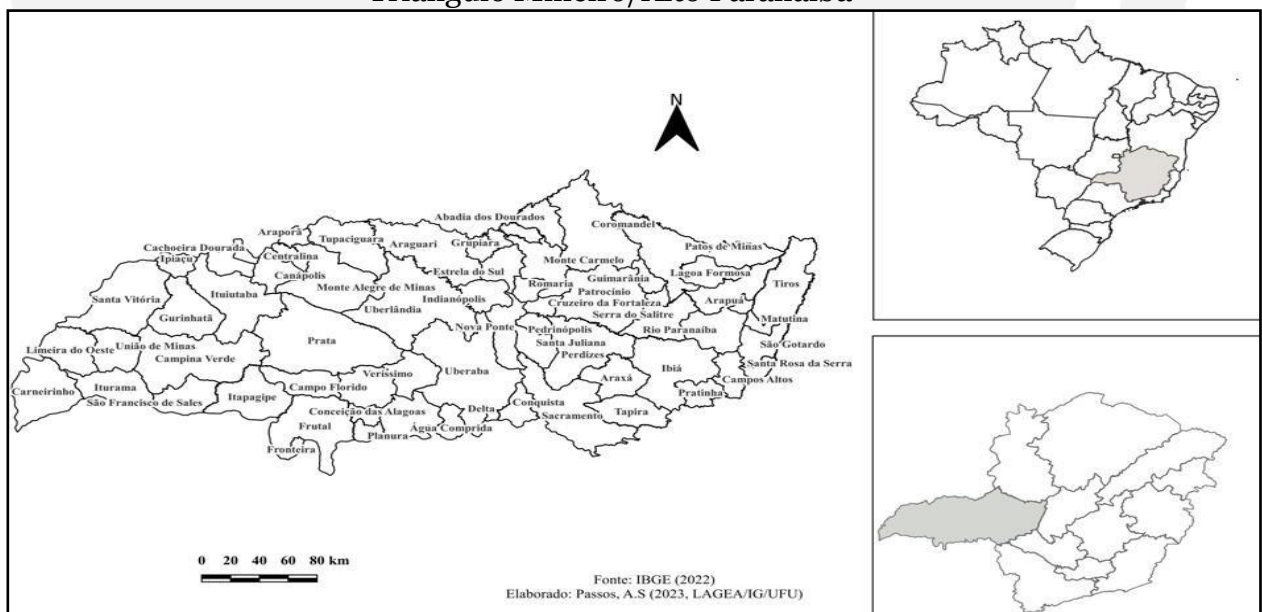
Outrossim, para construção do estudo foi utilizado na metodologia duas fontes de dados nas abordagens. Sendo esta qualitativa e quantitativa. Para a qualitativa foram realizadas uma revisão bibliográfica a partir dos estudos e debate conceitual sobre a agricultura familiar e camponesa no Brasil e no mundo produzidos no campo da Geografia e áreas afins. No debate sobre a sua permanência e desaparecimento entraram em discussão com as contribuições de Abramovay (1992), Oliveira (1996), Wanderley (1999), Fernandes (2001, 2005), França et. al (2009), Buainain e Fonseca (2011), Delgado e Bergamasco (2017), entre outros.

Os dados da pesquisa quantitativa foram sistematizados e analisados por categorias que são: Número de estabelecimentos e área (ha) ocupada pela agricultura

familiar e não familiar 2006/2017, as características socioeconômicas (dados demográficos e políticas públicas) e caracterização do espaço rural produção (Agrícola e pecuária), entre outros. Posteriormente foram organizamos em três escalas geográficas: Estadual (MG), mesorregional (Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba) e microrregional (Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia). Os dados pesquisados foram organizados em planilhas, gráficos e mapas (utilizado cores similares a 2ª edição do Atlas do Espaço Rural do IBGE, de 2020) em várias versões, para elaboração dos mesmos foram utilizados softwares como: Excel Microsoft, QGIS versão 3.28.5.

Assim, a área a ser pesquisada é Mesorregião Geográfica Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba situada no estado de Minas Gerais, localizado na região sudeste do Brasil delimitação adotada pelo IBGE 1990 vigente até 2017, a mesorregião é composta por 7 (sete) microrregiões, sendo estas; Ituiutaba, Uberlândia, Patrocínio, Patos de Minas, Frutal, Uberaba e Araxá, as quais contêm 66 (sessenta e seis) municípios no total<sup>2</sup>. Como indica o mapa 1.

Mapa 1: Localização geográfica dos – Municípios da Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba



Fonte: IBGE (2022) Elaborada por PASSOS (2023)

<sup>2</sup> O Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é dividido em 66 municípios sendo estes: Abadia dos Dourados, Água Comprida, Araguari, Araporã, Arapuá, Araxá, Cachoeira Dourada, Campina Verde, Campo Florido, Campos Altos, Canápolis, Capinópolis, Carmo do Paranaíba, Carneirinho, Cascalho Rico, Centralina, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Conquista, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Delta, Douradoquara, Estrela do Sul, Fronteira, Frutal, Grupiara, Guimarânia, Gurinhatã, Ibiá, Indianópolis, Ipiacu, Iraí de Minas, Itapagipe, Ituiutaba, Iturama, Lagoa Formosa, Limeira do Oeste, Matutina, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Nova Ponte, Patos de Minas, Patrocínio, Pedrinópolis, Perdizes, Pirajuba, Planura, Prata, Pratinha, Rio Paranaíba, Romaria, Sacramento, Santa Juliana, Santa Rosa da Serra, Santa Vitória, São Francisco de Sales, São Gotardo, Serra do Salitre, Tapira, Tiros, Tupaciguara, Uberaba, Uberlândia, União de Minas e Veríssimo.

## Distribuição da Agricultura em Minas Gerais, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba

As análises iniciais foram baseadas na quantidade de estabelecimentos (unidades) e área (ha) que detém os agricultores familiares inerente a lei 11.326 de 2006, a qual o IBGE adota as diretrizes dessa legislação para classificar o agricultor familiar. Posteriormente levantamos dados anuais da Produção Pecuária do IBGE, os quais apontam nitidamente que a produção pela agricultura moderna e empresária (não familiar) é superior ao da agricultura familiar.

Conforme Stédile, (2013, p. 25), no Brasil “10% de todos os estabelecimentos agrícolas do país controlam 80% do valor da produção”, isto é, apenas poucos estabelecimentos agrícolas têm o privilégio de possuir a grande parte de produção e de área (ha) e por conseguinte detém maior rendimento. Sob essa ótica,

Os resultados do Censo Agropecuário (...) revelam quadro preocupante para a agricultura familiar que reflete os efeitos de um longo período de políticas dominantes de estímulos ao agronegócio exportador, mitigadas por ações crescentes de incentivo à agricultura familiar, todavia funcionais ao modelo agrícola produtivista e, portanto, com concepções incompatíveis com os padrões de organização social da economia de matriz camponesa. (TEIXEIRA, 2020, p.2)

Assim, os dados do Censo Agropecuário SIDRA/IBGE (2006/2017) revelam esse desnivelamento entre as proporções de terras (há) entre a agricultura familiar e a patronal. E o crescente acúmulo de terras entre as áreas da agricultura patronal é bem maior do que da agricultura familiar, como mostra a tabela 1. No triângulo mineiro/Alto Paranaíba o aumento em percentual em hectares é um pouco superior à da agricultura não familiar, cabe ressaltar que o Censo Agropecuário IBGE (2017) trouxe estabelecimentos em área e (unidades), que dantes não eram incluídos como afirma Mitidiero et al. (2017) e Teixeira (2020), assim provocando um aumento destes estabelecimentos tanto em área como (unidades), além disso deve-se levar em consideração que as áreas da agricultura familiar são bem menores que as da agricultura familiar e a variação em absoluto a agricultura familiar tem um baixo acúmulo em área como mostra a tabela 1:

Tabela 1 - Brasil, Minas Gerais e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba - Área (ha), Variável Absoluto e Percentual Agricultura Familiar e Não Familiar – 2006/2017

Brasil, Unidade da federação, Mesorregião	Agr. Familiar área (ha)				Agr. Não Familiar área (ha)			
	2006	2017	Variação Absoluta	Variação %	2006	2017	Variação Absoluta	Variação %
Brasil	80.102.694	80.890.842	788.148	1%	253.577.343	270.373.382	16.796.039	7%
Minas Gerais	8.835.622	9.979.915	1.144.293	13%	24.247.887	28.188.774	3.940.887	16%
TM/AP	1.054.403	1.212.056	157.653	15%	5.027.437	5.705.243	677.806	13%

Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Agropecuário (2006/2017). Elaborada por: Passos (2023)



Conforme a tabela 2, em estabelecimentos (unidades) no Brasil a agricultura familiar vem perdendo em quantidade, pois houve uma perda de 11% contra um acúmulo de 45% da agricultura não familiar entre os anos. Em Minas Gerais houve apenas uma pequena variação de 1% contra 44% da agricultura não familiar. Por sua vez, o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba área da pesquisa, teve um aumento de 12% e em valor absoluto 3.675 (unidades) e a agricultura não familiar o acúmulo foi superior de 23% de estabelecimentos (unidades). Como mostra a tabela 2.

**Tabela 2 - Brasil, Minas Gerais e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba - Estabelecimentos (unidades), Variável Absoluto e Percentual Agricultura Familiar e Não Familiar – 2006/2017**

Brasil, Unidade da federação, Mesorregião	Agr. Familiar (Unidades)				Agr. Não Familiar (Unidades)			
	2006	2017	Varição Absoluta	Varição %	2006	2017	Varição Absoluta	Varição %
Brasil	4.366.267	3.897.408	-468.859	-11%	809.369	1.175.916	366.547	45%
Minas Gerais	437.320	440.170	2.850	1%	114.301	165.134	50.833	44%
TM/AP	31.646	35.321	3.675	12%	16.321	20.107	3.786	23%

Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Agropecuário (2006/2017). Elaborada por: Passos (2023)

Segundo o Censo Agropecuário (2017), o país possui um total de 6.917.298 hectares cadastrados, sendo que apenas 23% pertencem a agricultura familiar, a qual se sobrepõe em estabelecimentos do total de 5.073.324 (unidades), 3.897.408 pertence a agricultura familiar. Por mais que sejam superiores em estabelecimentos (unidades), a agricultura familiar ainda se concentra em pequenas áreas (ha). Dados que se refletem em escala estadual e na microrregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Como estão representados nas tabelas 3 e 4.

**Tabela 3 - Brasil, Minas Gerais e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Percentual Agricultura Familiar e Não Familiar – 2017 (em hectares)**

Brasil, Unidade da federação, Mesorregião	ÁREA (HA)				
	FAMILIAR	NÃO FAMILIAR	TOTAL	PERCENTUAL (%) Familiar	PERCENTUAL (%) NÃO FAMILIAR
Brasil	80.890.842	270.373.382	351.264.224	23	77
Minas Gerais	9.979.915	28.188.774	38.168.689	26	74
TM/AP	1.212.056	5.705.243	6.917.299	18	82

Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Agropecuário (2017). Elaborada por: Passos (2023)

**Tabela 4 - Brasil, Minas Gerais e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba Número de Estabelecimentos, Percentual Agricultura Familiar e Não Familiar – 2017**

Brasil, Unidade da federação, Mesorregião	(UNIDADES)				
	FAMILIAR	NÃO FAMILIAR	TOTAL	PERCENTUAL (%) Familiar	PERCENTUAL (%) NÃO FAMILIAR
Brasil	3.897.408	1.175.916	5.073.324	76,8	23,2
Minas Gerais	440.170	165.134	605.304	72,7	27,3
TM/AP	35.321	20.107	55.428	63,7	36,3

Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Agropecuário (2017). Elaborada por: Passos (2023)

Mesmo que em número de estabelecimentos a agricultura familiar seja superior, em área há uma grande discrepância, fato que se deve pela agricultura não familiar possuir grandes extensões de terras. Por outro lado, a agricultura familiar, conforme afirma Teixeira (2020, p.3) ocorre a “concentração fundiária intra-agricultura familiar onde 52.6% dos estabelecimentos são inferiores a 10 hectares, mas detêm apenas 8.2% das terras dos estabelecimentos dessa categoria”. Nesse sentido, a agricultura não familiar ocupa em área (ha) 270.373.382 um percentual de 77% contra 23% da agricultura familiar, perfazendo 80.890.842 de hectares no Brasil. Em 2006, o Censo Agropecuário, apontava que havia maior quantidade de estabelecimentos familiares (4.366.267) em comparação com os não familiares (809.369). Por sua vez, a agricultura familiar aparece em menor área com 80.102.114 hectares (2006), e 2007 apresenta 80.890.842 hectares, assim, esses dados revelam que houve um pequeno crescimento da área para agricultura familiar no Brasil no período de 11 anos.

De acordo com Teixeira (2020, p.1);

(...) o CA/2017 considerou como unidades recenseáveis, ou seja, como estabelecimentos, além das fazendas, hortos, postos zootécnicos, estações experimentais e hotéis-fazenda; explorações em conventos, hospitais, asilos, orfanatos, escolas profissionais, patronatos, reformatórios, prisões ou locais para lazer, desde que tivessem tido explorações agropecuárias, florestais ou aquícolas no período de referência. Há, portanto, o superdimensionamento dos microestabelecimentos, o que implica em admitir que, também por conta desse fator, o número de estabelecimentos em 2017 está inflado em comparação com 2006.

Por conseguinte, essa ação de incluir outros estabelecimentos é um empecilho para a análise de ambas as variáveis (2006 e 2017), pois como mencionado em 2006 não eram adicionados ao Censo Agropecuário esses estabelecimentos, impossibilitando a verificação que corresponda a realidade de quanto o Brasil, Minas Gerais e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba perdeu ou ganhou em número e hectares na agricultura familiar neste período de 11 anos. Além, de ser antagônico a Lei 11.326/2006 que estabelece em suas diretrizes o agricultor familiar deve ter até 4 módulos fiscais, gerir o estabelecimento com a família, ou seja, de forma sucinta ser o detentor da terra, trabalhar no estabelecimento com a família, e não haveria a inclusão de estabelecimentos que não se caracterizassem conforme disposto na lei da agricultura familiar. A legislação é nítida ao identificar o agricultor familiar, porém, o IBGE inclui juntamente no Censo Agropecuário de 2017 outros estabelecimentos como cita Teixeira (2020). Essa ação gera uma problemática como já mencionado, além de

impossibilitar uma análise objetiva dos dados, observa-se também o quanto o agricultor familiar é marginalizado no Brasil. Mitidiero Junior, Barbosa e Sá (2017, p.10) apontam que: “(...) esse comportamento é o de que as revelações obtidas com os Censos Agropecuários não são de interesse do grande agronegócio, podendo se constituir até em uma ameaça a esse setor.”

### **Representatividade da Agricultura Familiar Mesorregião Triângulo Mineiro e Estado de Minas Gerais**

Minas Gerais não se difere do país, pois a maior concentração de hectares está sob o domínio da agricultura não familiar o estado possui um total de área (ha) de 38.168.689, e apenas 9.979.915 (ha) pertence a agricultura familiar, isto é, 26% do total da área. A agricultura não familiar é detentora 28.188.774, sendo possuidora de 74% da totalidade dos hectares. Em número estabelecimentos 440.170 são de agricultores familiares e 165.134 pertencem aos agricultores patronais. Vale ressaltar, como citado anteriormente que o número de estabelecimentos da agricultura familiar é superior, porém estão divididas em pequenas áreas (ha) como aponta Teixeira (2020). As mesorregiões do estado também contam com as características análogas ao estado de Minas Gerais, como disposto na tabela 3. Haja vista, que a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, compõe a terceira maior área (ha) ocupada pela agricultura familiar mediante os dados das microrregiões possui uma área de 1.212.056 hectares, isto é, 18% da área total pertencente a essa modalidade, porém a maior área se concentra na agricultura patronal detentora de 82%. No Triângulo Mineiro forma registrados um total de 55.428 estabelecimentos (unidades), dos quais, 64% pertencem a agricultura familiar. (tabela 5)

**Tabela 5 - Minas Gerais, Mesorregiões Percentual e Números Absolutos dos Estabelecimentos Área (ha) e Número Agropecuários, Agricultura Familiar e Não Familiar – 2017**

UF/ Mesorregiões	Estabelecimentos (unidades)					Área (há)				
	Familiar	Não Familiar	Familiar%	Não Familiar%	Total Absoluto	Familiar	Não Familiar	Familiar%	Não Familiar%	Total Absoluto
Minas Gerais	440.170	165.134	73	27	605.304	9.979.915	28.188.774	26	74	38.168.689
Campo das Vertentes	12.142	4.206	74	26	16.348	268.172	436.104	38	62	704.276
Central Mineira	7.809	5.417	59	41	13.226	328.398	1.736.059	16	84	2.064.457
Jequitinhonha	38.669	12.630	75	25	51.299	932.023	1.917.773	33	67	2.849.796
Metropolitana de Belo Horizonte	25.637	14.481	64	36	40.118	420.762	1.422.839	23	77	1.843.601
Noroeste de Minas	15.720	6.208	72	28	21.928	783.276	3.532.980	18	82	4.316.256
Norte de Minas	76.543	24.095	76	24	100.638	1.959.544	5.426.901	27	73	7.386.445
Oeste de Minas	20.702	9.281	69	31	29.983	540.057	1.032.111	34	66	1.572.168
Sul/Sudoeste de Minas	81.313	25.404	76	24	106.717	1.246.946	2.061.961	38	62	3.308.907
<b>TM/AM</b>	<b>35.321</b>	<b>20.107</b>	<b>64</b>	<b>36</b>	<b>55.428</b>	<b>1.212.056</b>	<b>5.705.243</b>	<b>18</b>	<b>82</b>	<b>6.917.299</b>
Vale do Mucuri	14.712	4.703	76	24	19.415	394.749	1.258.799	24	76	1.653.548
Vale do Rio Doce	43.070	16.391	72	28	59.461	889.671	2.177.802	29	71	3.067.473
Zona da Mata	68.532	22.211	76	24	90.743	1.004.261	1.480.202	40	60	2.484.463

Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Agropecuário (2017). Elaborada por: Passos (2023)

## **Distribuição da Agricultura Familiar Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (TM/AP)**

O último Censo Agropecuário (2017), aponta que a mesorregião do (TM/AP) possuía um total de 55.428 estabelecimentos agropecuários, sendo que 64% correspondiam a agricultura familiar. A área acumulada total correspondente da AF é de 6.917.299; dessa área a agricultura familiar perfazia 1.212.056 hectares, isto é, aproximadamente 18% apenas da área total. Sendo que a área total em 2006 da agricultura 6.081.840 e apenas 17% representam a área da AF, e em 2017 essa área tem um acúmulo de 157.653 hectares corresponde a 0,15% de variação (2006 a 2017), apesar de que foram incluídos vários tipos de estabelecimentos na metodologia do Censo Agropecuário (2017), tais como: hortos, postos zootécnicos, estações experimentais e hotéis-fazenda; explorações em conventos, hospitais, asilos, etc (TEIXEIRA, 2020 p.1). Portanto, houve uma variação positiva significativa no período de 11 anos em algumas localidades do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Uberlândia registrou um acúmulo de 49% de hectares, e em segundo posição aparece Araxá com o crescimento de 27% de área, Uberaba ocupa o terceiro lugar com um crescimento percentual área de 25%. As mesorregiões que não tiveram uma variação expressiva da área durante nesse período, foram as de Ituiutaba, Patos de Minas e Patrocínio, com 2%, 3% e 5% respectivamente, como mostra a tabela 6.

**Tabela 6 – Microrregiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: Variação Percentual Área (ha) Agricultura Familiar e não Familiar – 2006/2017**

MICRORREGIÃO	Agr. Familiar área (há)				Agr. Não Familiar área (há)			
	2006	2017	Varição Absoluta	Varição %	2006	2017	Varição Absoluta	Varição %
TM/AP	1.054.403	1.212.056	157.653	15%	5.027.437	5.705.243	677.806	13%
Araxá	130.962	166.856	35.894	27%	646.154	800.099	153.945	24%
Frutal	174.942	207.213	32.271	18%	918.754	1.167.145	248.391	27%
Ituiutaba	83.632	84.894	1.262	2%	665.139	610.975	-54.164	-8%
Patos de Minas	285.215	293.999	8.784	3%	466.412	505.405	38.993	8%
Patrocínio	221.018	231.440	10.422	5%	678.094	654.340	-23.754	-4%
Uberaba	38.254	47.909	9.655	25%	538.341	718.236	179.895	33%
Uberlândia	120.380	179.745	59.365	49%	1.114.543	1.249.043	134.500	12%

Fonte: IBGE/SIDRA – Censo Agropecuário (2006/2017). Elaborada por: Passos (2023)

A tabela 7 apresenta a variação absoluta e percentual (2006/2017) dos estabelecimentos (unidades) do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e suas microrregiões acumuladas pela agricultura familiar e não familiar nesse período. Haja vista, que a agricultura não familiar teve um acúmulo maior nas microrregiões de Araxá, Frutal, Patos de Minas e Patrocínio, como mostra a tabela 7. Sendo um

agravante para a agricultura familiar que vem perdendo espaço em número de estabelecimentos e em área correspondente.

**Tabela 7 – Microrregiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: Variação Percentual de Estabelecimentos (unidades) da Agricultura Familiar e não Familiar - 2006/2017**

MICRORREGIÃO	Agr. Familiar (Unidades)				Agr. Não Familiar (Unidades)			
	2006	2017	Varição Absoluta	Varição %	2006	2017	Varição Absoluta	Varição %
TM/AP	31.646	35.321	3.675	12%	16.321	20.107	3.786	23%
Araxá	3.384	3.887	503	15%	1.887	2.258	371	20%
Frutal	5.240	5.584	344	7%	2.824	3.796	972	34%
Ituiutaba	2.124	2.197	73	3%	1.810	1.837	27	1%
Patos de Minas	8.781	8.838	57	1%	2.065	2.903	838	41%
Patrocínio	6.367	6.745	378	6%	2.826	3.076	250	9%
Uberaba	1.351	2.066	715	53%	1.395	1.941	546	39%
Uberlândia	4.399	6.004	1.605	36%	3.514	4.296	782	22%

Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Agropecuário (2006/2017). Elaborada por: Passos (2023)

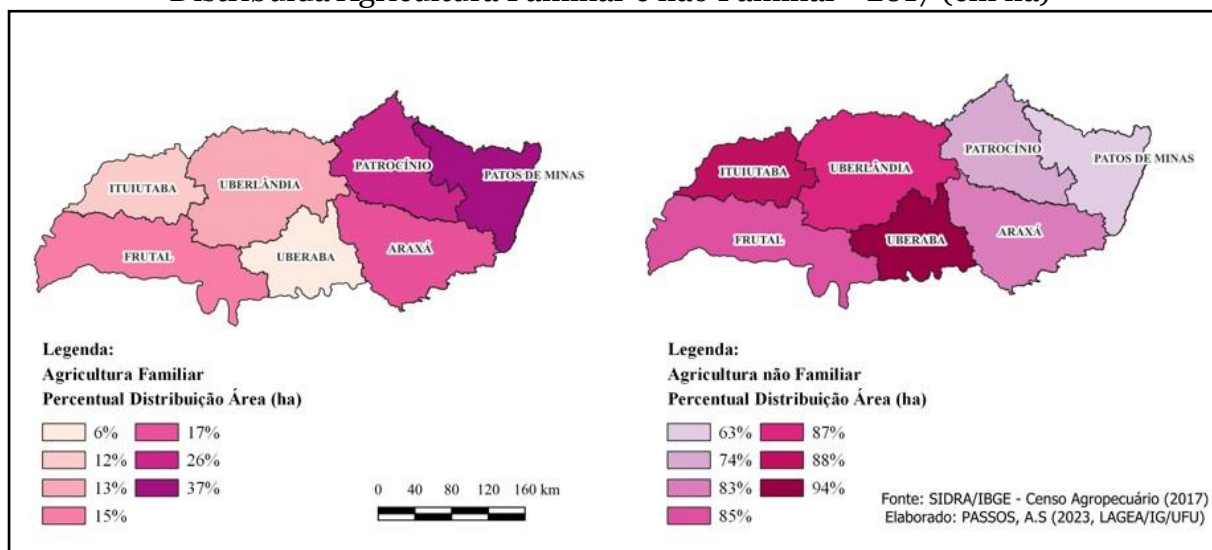
A tabela 8 e a figura 1 apresentam a distribuição dos dois tipos da agricultura analisadas na mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, sendo que agricultura patronal é dominante (em área) nas microrregiões de Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia (figura 1). Em Uberlândia a agricultura não familiar ocupa 87% da área e a agricultura familiar apenas 13% de área (figura 1); Frutal 85% área (não familiar) e a agricultura familiar somente 15% de área. O município de Uberaba é o que possui a maior concentração da área de agricultura não familiar, possuindo 94% e conta com apenas com 6% de área (agricultura familiar), isto é, o município tem maior predomínio em área da agricultura moderna e empresária (figura 1). Já em estabelecimentos (unidades) a agricultura familiar se destaca em relação da agricultura moderna (tabela 8 e Figura 2), porém, em áreas menores do que a agricultura empresarial.

**Tabela 8 - Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba - Número de Estabelecimentos, Área (ha) e Percentual Agricultura Familiar e Não Familiar – 2017**

MICRORREGIÃO	(UNIDADES)				ÁREA (HA)			
	FAMILIAR	NÃO FAMILIAR	PERCENTUAL (%) FAMILIAR	PERCENTUAL (%) NÃO FAMILIAR	FAMILIAR	NÃO FAMILIAR	PERCENTUAL (%) FAMILIAR	PERCENTUAL (%) NÃO FAMILIAR
TM/AP	35.321	20.107	64	36	1.212.056	5.705.243	18	82
Araxá	3.887	2.258	63	37	166.856	800.099	17	83
Frutal	5.584	3.796	60	40	207.213	1.167.145	15	85
Ituiutaba	2.197	1.837	54	46	84.894	610.975	12	88
Patos de Minas	8.838	2.903	75	25	293.999	505.405	37	63
Patrocínio	6.745	3.076	69	31	231.440	654.340	26	74
Uberaba	2.066	1.941	52	48	47.909	718.236	6	94
Uberlândia	6.004	4.296	58	42	179.745	1.249.043	13	87

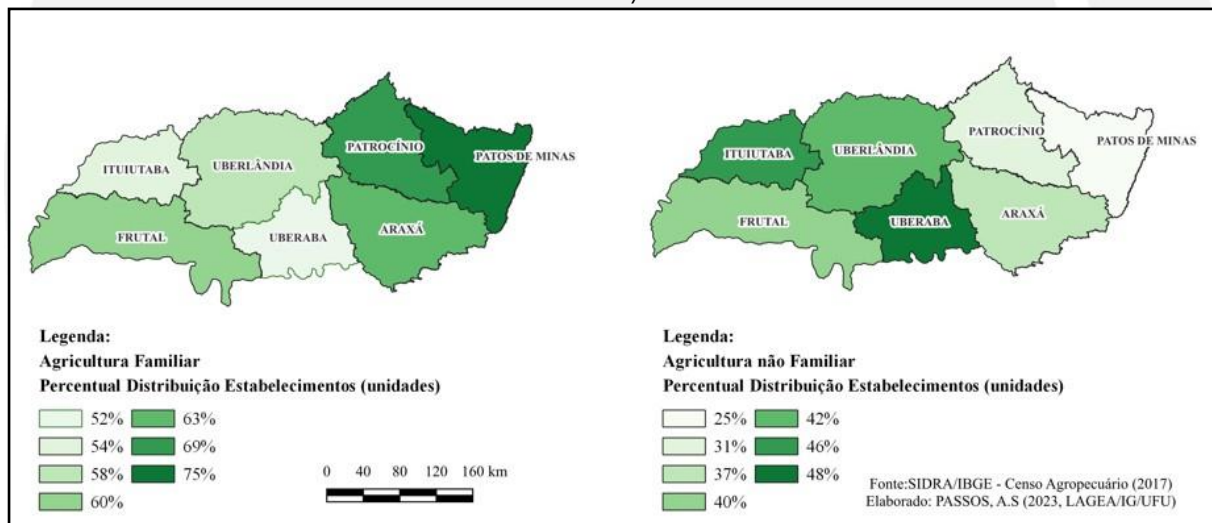
Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Agropecuário (2017). Elaborada por: Passos (2023)

Figura 1: Microrregiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: Percentual área Total Distribuída Agricultura Familiar e não Familiar– 2017 (em ha)



Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Agropecuário (2006/2017). Elaborada por: Passos (2023)

Figura 2: Microrregiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: Percentual Estabelecimentos (unidades) Total Distribuída Agricultura Familiar e não Familiar– 2017



Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Agropecuário (2017). Elaborada por: Passos (2023)

### Evolução Populacional Rural e Urbana Minas Gerais e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba

A tabela 9 mostra um fator importante na evolução populacional no estado mineiro e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e suas microrregiões, pois a variável entre os anos 2000 a 2010 se tem um número considerável de redução populacional rural em contrapartida e concomitantemente a população urbana vem aumentando. No ano 2000 Minas gerais concentrava 82% da população urbana e no ano 2010 o estado já possui 85% da população concentrada nas cidades. No Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e suas microrregiões refletem a mesma conjuntura de concentração urbana

e uma redução de pessoas no campo, como aponta os gráficos 1 e 2. Sendo o principal motivo dessa conjuntura, devido, o

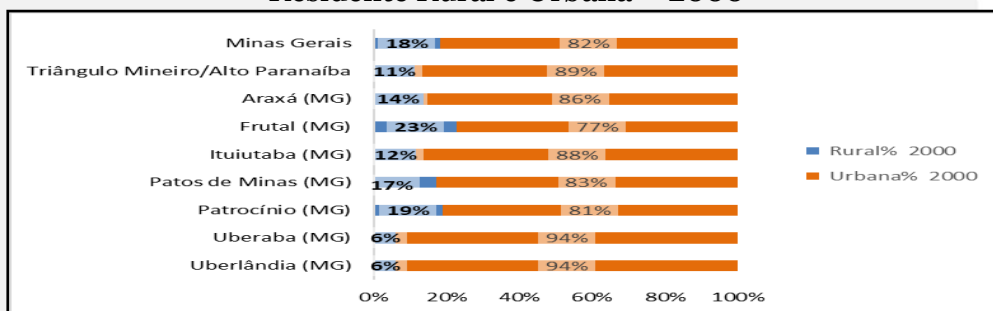
(...) campo mineiro vem tomando proporções cada vez maiores à medida que o estado e em especial a mesorregião Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba, passa a ser considerado uma das principais regiões produtivas do país, seja na cultura de grãos ou de, mais recentemente, da cana-de-açúcar. Tal fator gera uma série de impactos que vão desde o desemprego estrutural no campo até o aumento da concentração fundiária. (SOUZA, 2012, p. 9)

Tabela: 9 – Minas Gerais e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba Variação da População Residente Rural e Urbana – 2000/2010

UF/Unidade da Federação/Microrregiões	Rural				Urbana			
	Anos		Variável Absoluta (2000/2010)	Variável (%) (2000/2010)	Anos		Variável Absoluta (2000/2010)	Variável (%) (2000/2010)
	2000	2010			2000	2010		
Minas Gerais	3.246.631	2.882.354	- 364.277	-11,2%	14.658.502	16.714.976	2.056.474	14,0%
TM/AP	208.868	184.454	- 24.414	-11,7%	1.662.367	1.960.028	297.661	17,9%
Araxá (MG)	23.555	22.143	- 1.412	-6,0%	150.229	182.269	32.040	21,3%
Frutal (MG)	35.281	28.959	- 6.322	-17,9%	118.927	150.553	31.626	26,6%
Ituiutaba (MG)	15.405	12.337	- 3.068	-19,9%	117.668	131.011	13.343	11,3%
Patos de Minas (MG)	39.604	32.508	- 7.096	-17,9%	193.438	220.733	27.295	14,1%
Patrocínio (MG)	34.500	31.536	- 2.964	-8,6%	149.369	166.164	16.795	11,2%
Uberaba (MG)	17.507	13.748	- 3.759	-21,5%	273.678	332.276	58.598	21,4%
Uberlândia (MG)	43.016	43.223	207	0,5%	659.058	777.022	117.964	17,9%

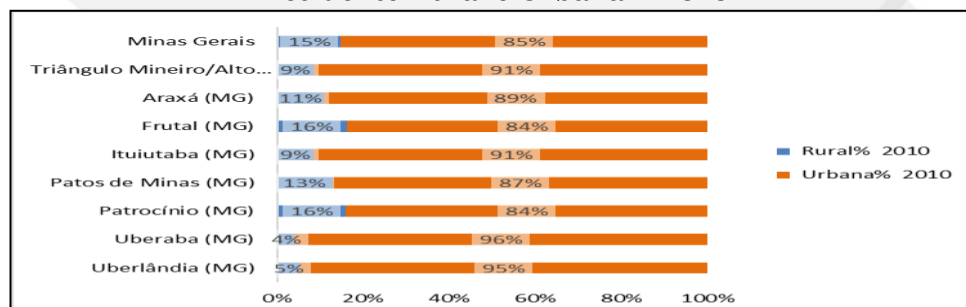
Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Demográfico (2000/2010). Elaborada por: Passos, A. S. (2023)

Gráfico 1– Minas gerais e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba Variação de População Residente Rural e Urbana – 2000



Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Demográfico (2000). Elaborada por: Passos (2023)

Gráfico 2 – Minas gerais e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba Variação da População Residente Rural e Urbana – 2010

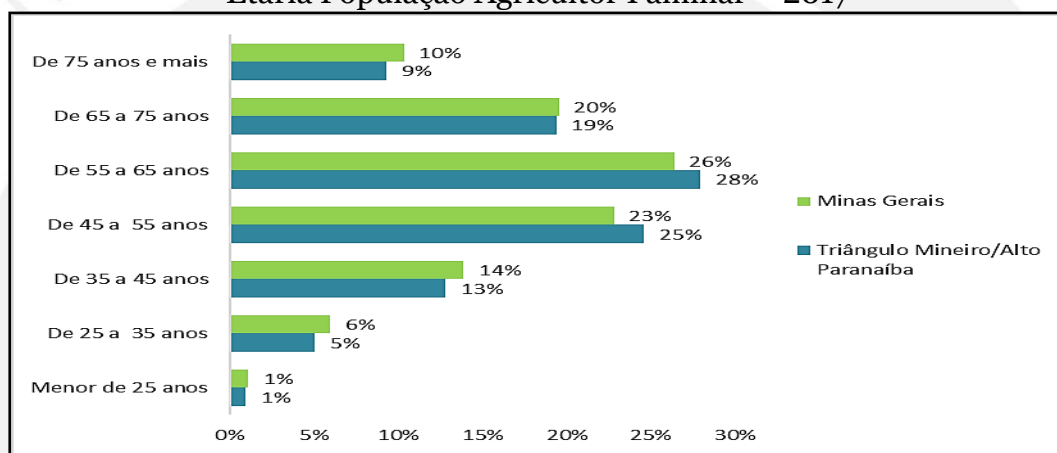


Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Demográfico (2010). Elaborada por: Passos (2023)

### Faixa Etária dos Agricultores Familiares

Os gráficos 3 e 4 apresentam os percentuais da faixa etária dos agricultores familiares em Minas Gerais, da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Nesse aspecto, há uma população de idade entre 45 a 65 em maior concentração como é representado nos gráficos seguintes, ou seja, o campo representado tem uma porcentagem mais significativa de agricultores familiares dos grupos entre 45 a 55 anos, 55 a 65 anos e 65 a 75 anos respectivamente.

Gráfico 3 – Minas gerais e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba Distribuição Faixa Etária População Agricultor Familiar – 2017



Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Agropecuário (2017). Elaborada por: Passos (2023)

### Uso da Terra pela Agricultura Familiar e não Familiar no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba

A Utilização da Terra da agricultura familiar está apresentada na tabela 10, juntamente com os dados da agricultura não familiar. Fica evidente mediante os gráficos da figura 3 que Minas Gerais e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba que a pecuária (pastagem) é a atividade que possui maior participação em área da agricultura familiar no uso da terra em Minas Gerais (53,3%) da total área e agricultura familiar participa com 48,1%. O Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba também conta com uma participação significativa da agricultura familiar em área na pastagem (66,7% contra 47,7% da agricultura empresarial). Em termos de Área de Preservação Permanente e Reservas legais a agricultura patronal é superior, visto que concentra a maior parte de terras, enquanto a área correspondente aos agricultores familiares ser menor tanto em área total quanto em termos individuais, como já abordado anteriormente. Ainda na tabela 10, são representados os dados da distribuição percentual do uso da terra área



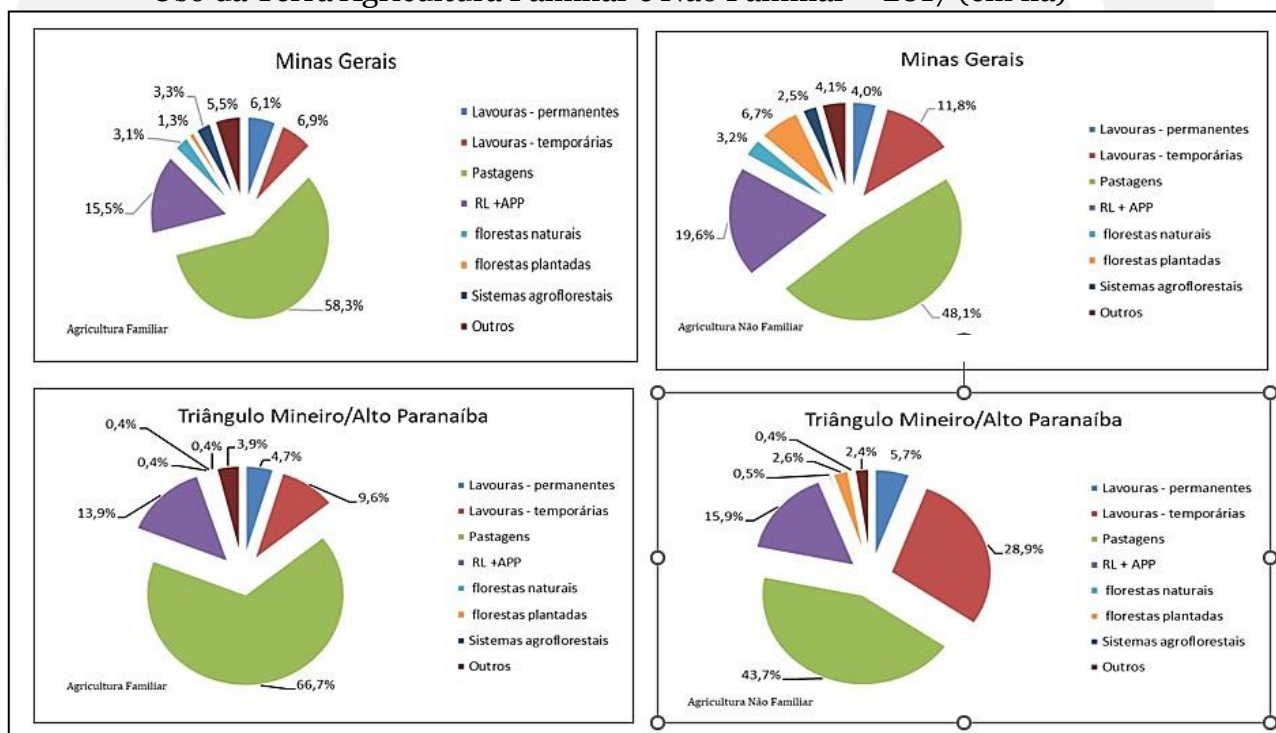
das microrregiões pertencentes ao Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba pela Agricultura Não Familiar.

Tabela 10: Microrregiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba Percentual de Distribuição do Uso da Terra pela Agricultura Familiar e Não Familiar – 2017 (em ha)

UF/Unidade da Federação/ Microrregiões	Araxá		Frutal		Ituiutaba		Patos de Minas		Patrocínio		Uberaba		Uberlândia	
	Familiar	Não Familiar	Familiar	Não Familiar	Familiar	Não Familiar	Familiar	Não Familiar	Familiar	Não Familiar	Familiar	Não Familiar	Familiar	Não Familiar
Lavouras - permanentes	3,7%	5,4%	1,1%	3,2%	0,7%	0,8%	3,8%	9,0%	10,5%	14,1%	1,3%	7,4%	6,6%	4,0%
Lavouras - temporárias	12,7%	37,0%	4,9%	24,0%	7,6%	24,3%	10,6%	16,2%	12,7%	23,4%	11,1%	49,6%	6,9%	26,6%
Pastagens	63,0%	32,1%	77,8%	55,8%	70,7%	56,3%	70,0%	53,9%	55,9%	33,2%	65,5%	25,4%	64,5%	45,4%
RL +APP	15,8%	16,7%	11,1%	14,4%	15,6%	15,8%	10,9%	15,8%	15,6%	18,6%	16,8%	13,2%	16,7%	17,3%
florestas naturais	0,4%	0,8%	0,2%	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%	0,8%	0,9%	0,6%	0,3%	0,3%	0,4%	0,5%
florestas plantadas	0,5%	5,6%	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	0,6%	0,9%	0,5%	7,5%	0,3%	1,6%	0,4%	2,7%
Sistemas agroflorestais	0,3%	0,4%	0,2%	0,2%	0,9%	0,3%	0,4%	1,0%	0,4%	0,3%	0,5%	0,2%	0,4%	0,5%
Outros	3,6%	2,1%	4,6%	2,0%	4,2%	2,2%	3,5%	2,5%	3,6%	2,4%	4,2%	2,1%	4,2%	3,0%

Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Agropecuário (2017). Elaborada por: Passos (2023)

Figura 3 – Minas Gerais e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – Distribuição Uso da Terra Agricultura Familiar e Não Familiar – 2017 (em ha)



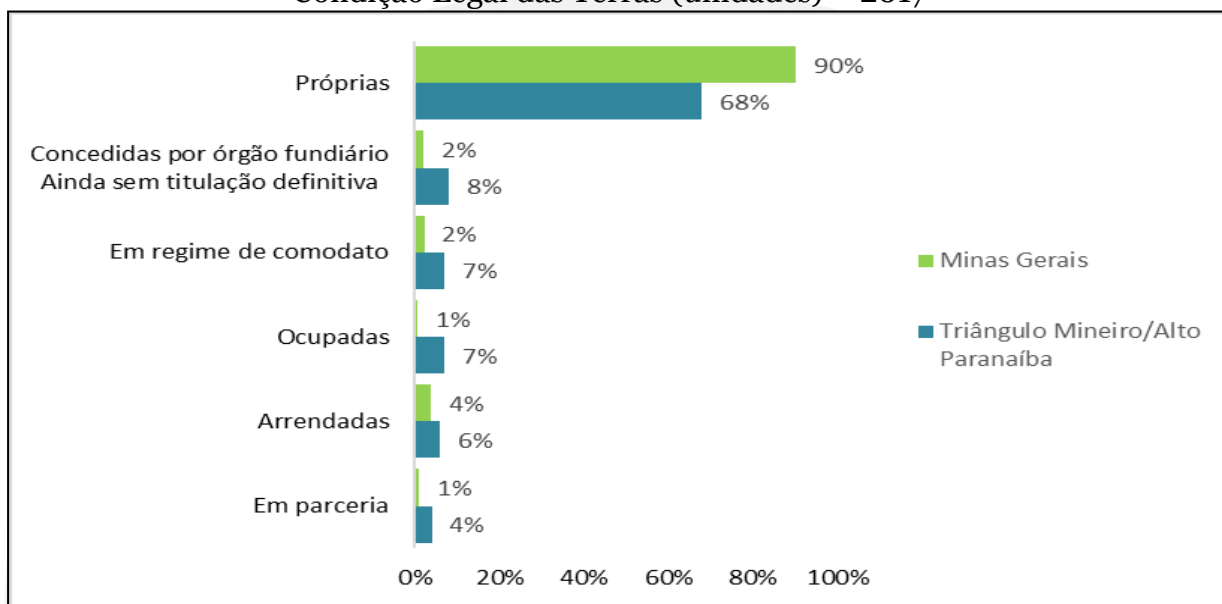
Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Agropecuário (2017). Elaborada por: Passos (2023)

### Condição Legal das Terras da Agricultura Familiar

O estado mineiro possui 440.170 números de estabelecimentos pertencentes a agricultura familiar (2017) sendo 90% próprios. Na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba 68% dos estabelecimentos são próprios, somando 35.321

unidades. Como a tabela 11 apresenta as microrregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, que igualmente a Minas Gerais e a mesorregião os estabelecimentos que compõem o cenário jurídico são próprios. Assim no gráfico 4 e na tabela 11 apresentam a situação legal dos estabelecimentos no estado de Minas gerais e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e respectivas microrregiões.

Gráfico 4: Minas Gerais, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – Agricultura Familiar  
Condição Legal das Terras (unidades) – 2017



Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Agropecuário (2017). Elaborada por: Passos (2023)

Tabela 11: Minas Gerais, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – Agricultura Familiar  
Condição Legal das Terras (unidades) - 2017

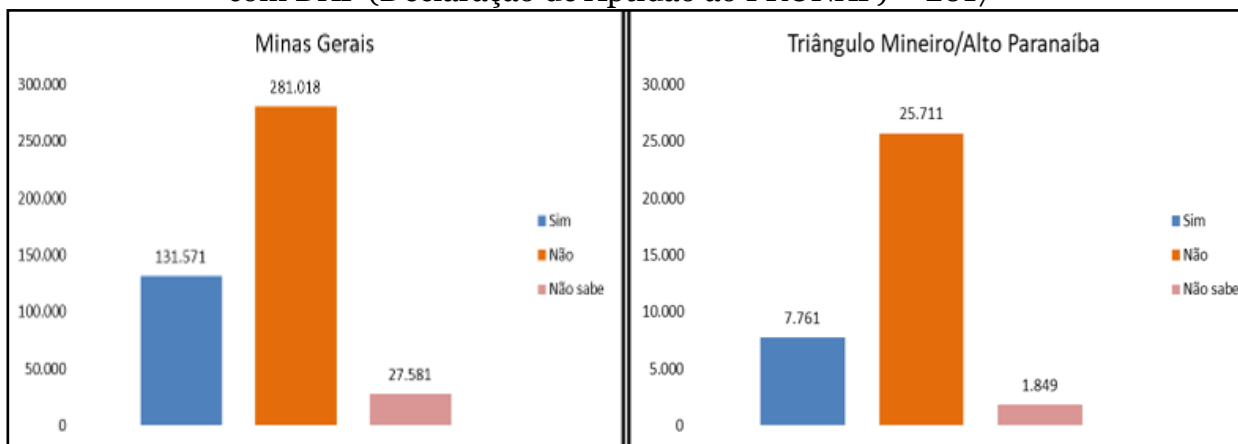
	Minas Gerais	TM/AP	Araxá	Frutal	Ituiutaba	Patos de Minas	Patrocínio	Uberaba	Uberlândia
<b>Próprias</b>	90%	68%	54%	69%	55%	92%	68%	47%	60%
<b>Concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva</b>	2%	8%	4%	10%	10%	3%	4%	15%	20%
<b>Em parceria</b>	1%	4%	4%	2%	5%	2%	6%	4%	5%
<b>Ocupadas</b>	1%	7%	7%	7%	6%	1%	4%	24%	12%
<b>Arrendadas</b>	4%	6%	10%	6%	10%	1%	8%	4%	2%
<b>Em regime de comodato</b>	2%	7%	20%	6%	13%	1%	10%	6%	2%

Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Agropecuário (2017). Elaborada por: Passos (2023)

### Agricultores Familiares Com a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)

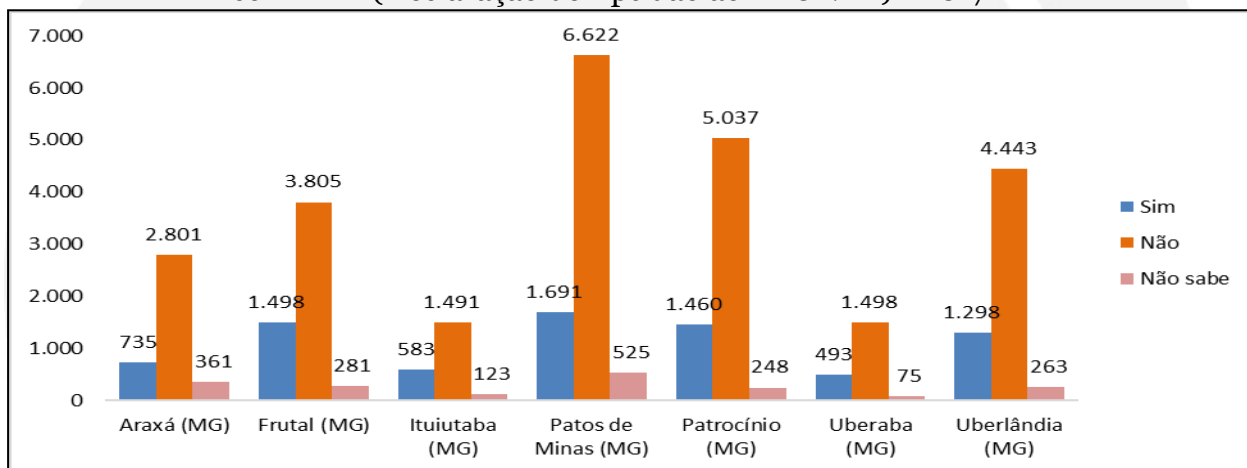
Os gráficos 5 e 6 mostram indiscutivelmente que a agricultora familiar em Minas Gerais, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e nas microrregiões que apenas é uma pequena parcela de agricultores familiares tem acesso as políticas de crédito destinados a este segmento.

Gráfico 5: Minas Gerais, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – Agricultura Familiar com DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) – 2017



Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Agropecuário (2017). Elaborada por: Passos (2023)

Gráfico 6: Microrregiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – Agricultura Familiar com DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) - 2017



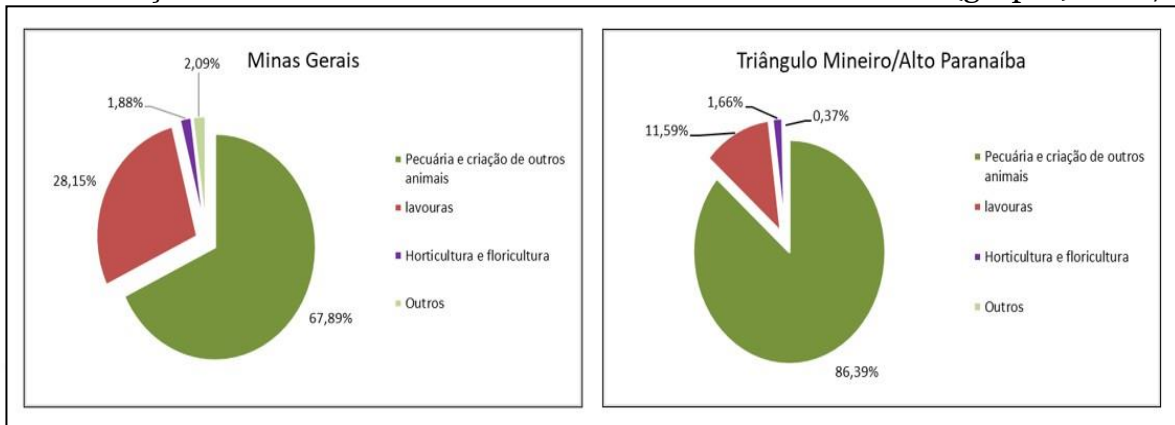
Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Agropecuário (2017). Elaborada por: Passos (2023)

### Atividade Econômica do Agricultor Familiar e não Familiar Minas Gerais e na Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba

As figuras 4 e 5 mostra a participação da agricultura familiar e não familiar na atividade econômica em percentual total de estabelecimentos (unidades), em Minas Gerais, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Sendo a maior parte das atividades produtivas realizadas (agricultura familiar e não familiar) estão voltadas para pecuária e criação de outros animais e lavouras (permanentes/temporárias). E o percentual é menor em outras atividades econômicas como: horticultura e floricultura e outros<sup>3</sup>.

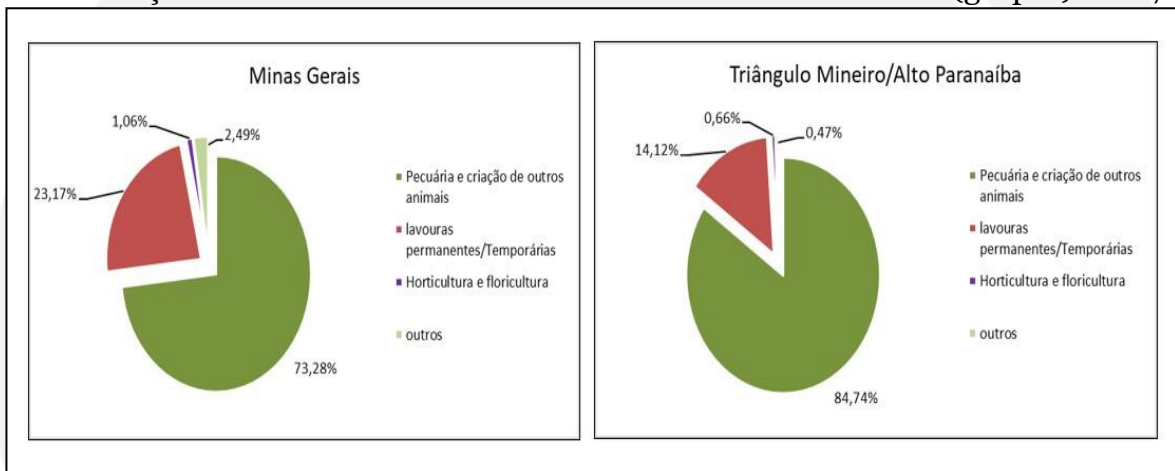
<sup>3</sup> Produção de sementes e mudas certificadas; florestas plantadas; Florestas nativas; Pesca; aquicultura

Figura 4: Minas Gerais, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba - Agricultura Familiar Distribuição Percentual Estabelecimentos Atividades Econômicas (grupos) - 2017



Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Agropecuário (2017). Elaborada por: Passos (2023)

Figura 5: Minas Gerais, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba - Agricultura não Familiar Distribuição Percentual Estabelecimentos Atividades Econômicas (grupos) - 2017

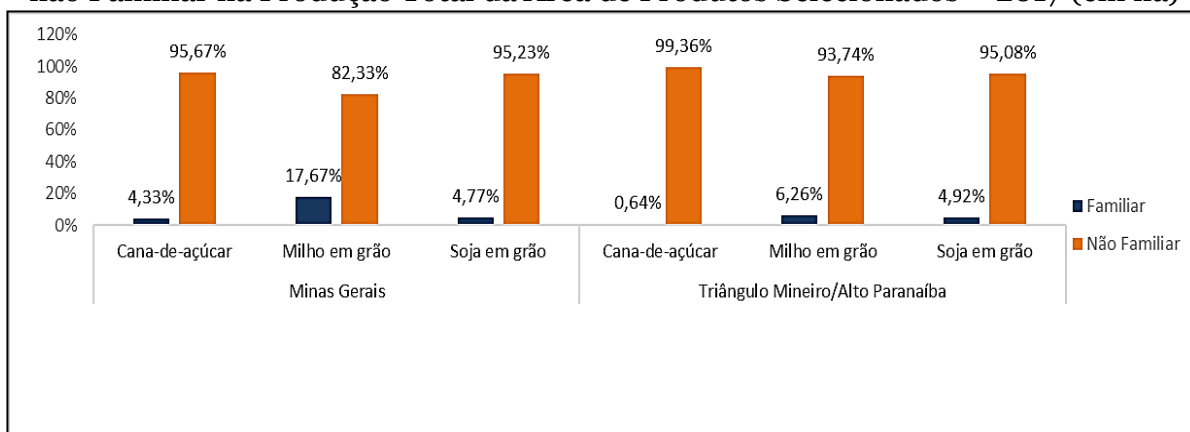


Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Agropecuário (2017). Elaborada por: Passos (2023)

### A Participação da Agricultura Familiar e não Familiar na Produção Agrícola em Minas Gerais e na Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba

Em Minas Gerais e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba o melhor desempenho da agricultura familiar é a produção do milho em grão e a soja em grão aparece em segunda posição (gráfico 7).

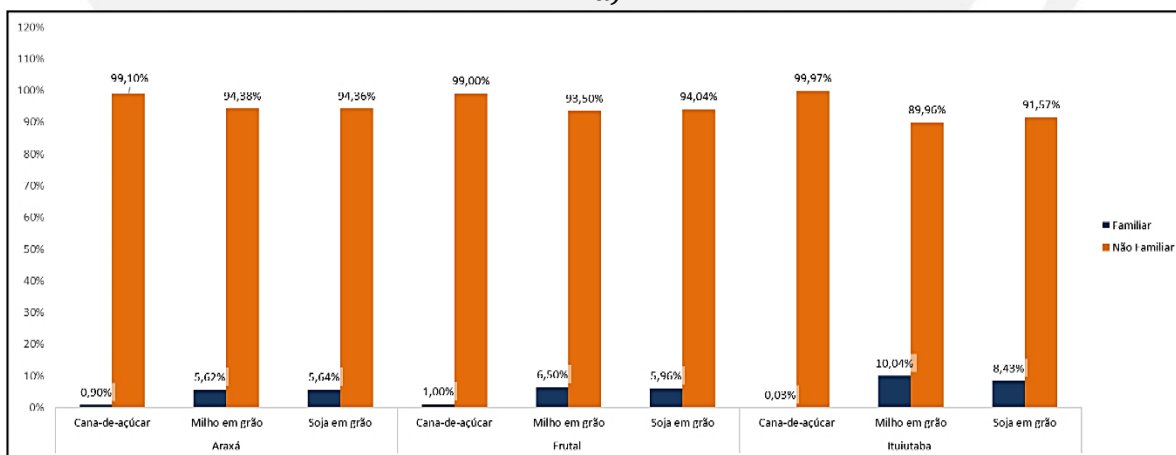
Gráfico 7: Minas Gerais, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – Agricultura Familiar e não Familiar na Produção Total da Área de Produtos Seleccionados – 2017 (em ha)



Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Agropecuário (2017). Elaborada por: Passos (2023)

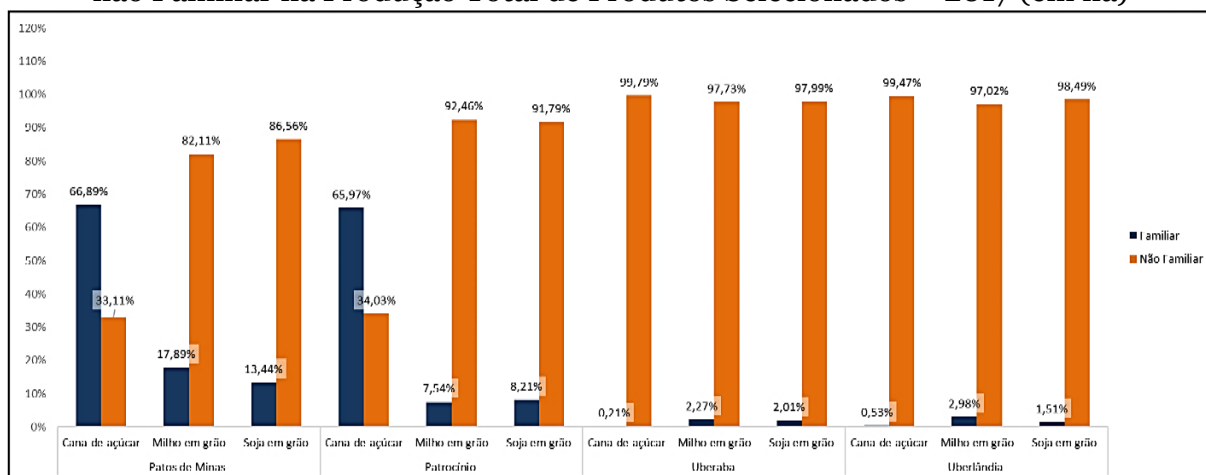
Dentre as microrregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba que mais se destacam em participação da agricultura familiar no total da área plantada para produção dos produtos selecionados, se destacam Patos de Minas e Patrocínio tendo 66,89% e 65,97% respectivamente. Os gráficos 8 e 9 apresentam o percentual da participação da produção (área (ha) plantada) da agricultura familiar e não familiar, nas microrregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Sendo, que a agricultura familiar aparece em algumas regiões com um percentual baixo, devido suas áreas serem menores do que agricultura não familiar, “É inegável que esse desempenho da agricultura familiar já foi muito mais importante. (...) o quadro atual reflete, não a fragilização estrutural da agricultura familiar, mas os efeitos de políticas adversas ou equivocadas.” (TEIXEIRA, 2020, p. 7)

Gráfico 8: Microrregiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – Agricultura Familiar e não Familiar na Produção Total Área de Produtos Seleccionados – 2017 (em há)



Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Agropecuário (2017). Elaborada por: Passos (2023)

Gráfico 9: Microrregiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – Agricultura Familiar e não Familiar na Produção Total de Produtos Seleccionados – 2017 (em ha)

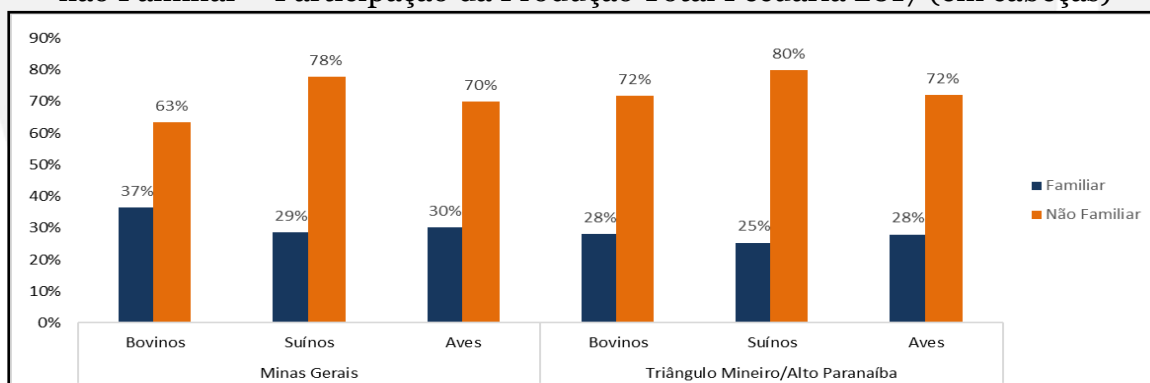


Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Agropecuário (2017). Elaborada por: Passos (2023)

### Participação da Agricultura Familiar e Patronal na Produção Pecuária

O estado de Minas Gerais e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba a participação da agricultura familiar na produção pecuária é menor, mas cabe ressaltar que os estabelecimentos são menores esse fator reflete diretamente na produção. Como mostra o gráfico 10.

Gráfico 10: Minas Gerais, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – Agricultura Familiar e não Familiar – Participação da Produção Total Pecuária 2017 (em cabeças)

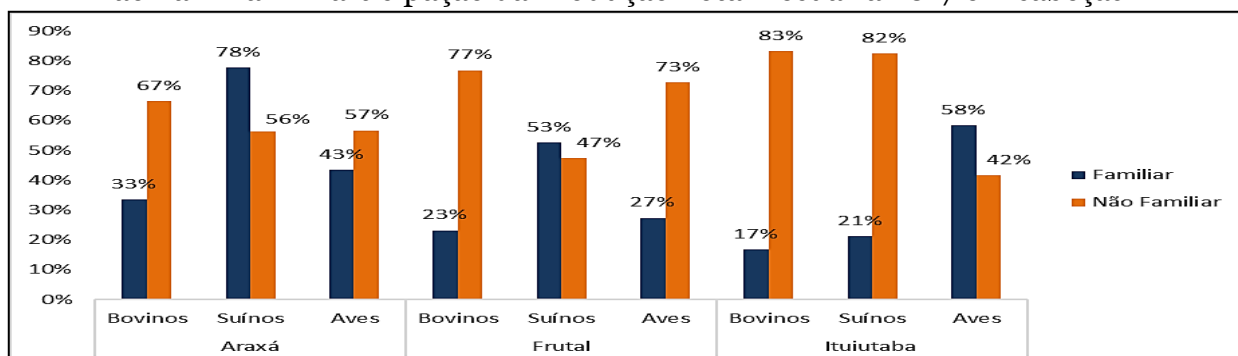


Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Agropecuário (2017). Elaborada por: Passos (2023)

A seguir os gráficos 11 e 12 apresentam a participação da agricultura familiar na produção pecuária nas microrregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, com o melhor desempenho na produção de bovinos são Patos de Minas e Patrocínio com 49% e 44% respectivamente. A agricultura familiar sua participação na produção de suínos foi mais produzida em algumas microrregiões sendo estas Araxá 78% e Frutal 53%. A sua participação na produção de aves, teve um desempenho maior que da agricultura patronal nas microrregiões de Ituiutaba 58%, Patos de Minas 51% e Patrocínio 62%, ou seja, é evidente que a agricultura familiar teve uma alta produção nessas

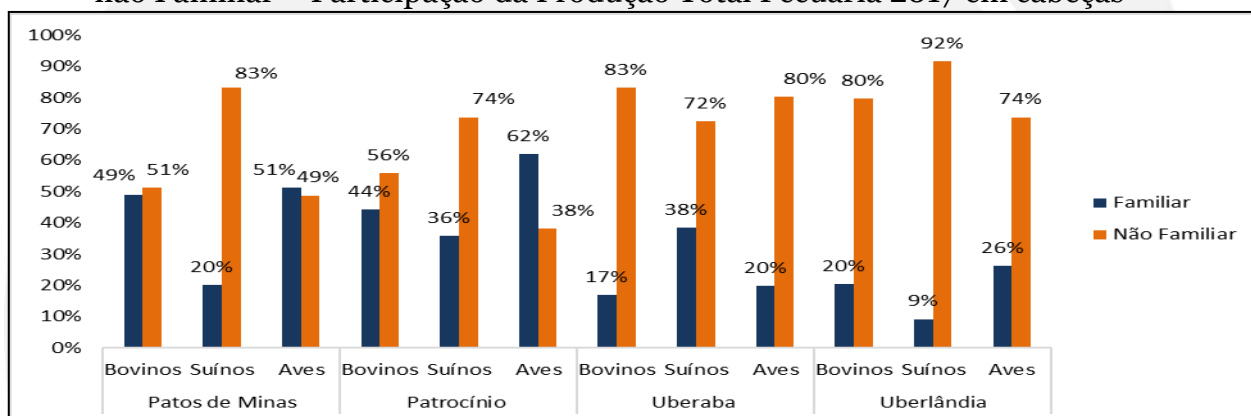
microrregiões em áreas menores do que a agricultura não familiar como já enfatizado anteriormente.

Gráfico 11: Microrregiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba - Agricultura Familiar e não Familiar – Participação da Produção Total Pecuária 2017 em cabeças



Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Agropecuário (2017). Elaborada por: Passos (2023)

Gráfico 12: Microrregiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba - Agricultura Familiar e não Familiar – Participação da Produção Total Pecuária 2017 em cabeças



Fonte: IBGE/SIDRA - Censo Agropecuário (2017). Elaborada por: Passos (2023)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, analisamos a distribuição dos estabelecimentos da agricultura familiar e a área (ha) correspondente e em escala, nacional, Estadual (Minas Gerais) e mesorregional (Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba) e suas microrregiões. Os dados de 2006/2017 coletados no Sidra/IBGE revelam que urge o maior fortalecimento do segmento agricultura familiar, pois nesse período perdeu participação em área, pois no Brasil houve um aumento de apenas 1% da área para a agricultura familiar, enquanto a não familiar registrou aumento de 7% entre 2006 a 2017.

Minas Gerais e TM/AP não se diferem em relação aos dados absolutos e participação numérica em área da agricultura familiar é menor do que o agricultura não familiar. Em Estabelecimentos a agricultura familiar vem perdendo espaço, revelando outro cenário desfavorável, devido, o Brasil ter perdido 11% de estabelecimentos, e a agricultura empresarial nesse período de 11 anos teve um

acúmulo de 45%, isto é, a agricultura familiar perdeu muitos estabelecimentos e a patronal teve aumentos das (unidades). Em Minas Gerais, a variação do número de estabelecimentos foi de apenas 1% contra 44% da agricultura patronal, no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba teve um aumento de apenas 12% contra 23% da agricultura não familiar, vale ressaltar que as áreas (há) da agricultura empresária são maiores.

O Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, é uma das mesorregiões que mais concentra a agricultura empresarial no estado de Minas Gerais, a supracitada possui 82% de área (ha) concentrada na agricultura moderna e empresária e apenas 18% é da agricultura familiar. E conta com 64% dos estabelecimentos (unidades) familiar o valor absoluto de 35.321, isto é, pequenos estabelecimentos que subsistem dentro de pequenas áreas. Desse modo, o agricultor familiar tem que produzir em uma pequena área, com números imensos de estabelecimentos, sendo um reflexo direto de que a produção seja menor do que da agricultura empresarial, mas em algumas produções como a da agropecuária a agricultura familiar tem um desempenho melhor.

Concomitante com os dados de área (ha) e (unidades) dos estabelecimentos foram levantados os dados do censo demográfico (2000/2010) Minas Gerais, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e suas microrregiões e ao confrontá-los, percebe que a população rural está saindo do campo e migrando para as cidades devido os dados da população rural ter diminuído em relação a urbana na década dos dados coletados.

Outro impasse é a faixa etária do produtor rural familiar, os grupos da faixa etária de 45 a 55 anos, 55 a 65 anos e 65 a 75 anos respectivamente tem uma maior concentração nos gráficos do estado, mesorregião e suas microrregiões relativa da pesquisa, isto é, há um envelhecimento dessa população pois a base do gráfico aponta poucos jovens e o topo um aumento dos seniores.

Ademais, o estudo aponta a fragilidade do agricultor familiar mediante ao Estado, pois mesmo com direito a políticas públicas são poucos agricultores familiares que tem acesso a Declaração de Aptidão ao PRONAF e alguns nem tem conhecimento do programa, refletindo ao financiamento de crédito o qual tem uma baixíssima participação governamental. Como já mencionado essas problemáticas expostas são reflexos da carência políticas públicas e sociais para o campo, que realmente atendam os agricultores familiares, e na atual conjuntura se torna imperativo que se tenham políticas públicas capazes de incorporar e fortalecer o segmento da agricultura familiar, os quais são marginalizados principalmente pelas classes dominantes e pelo Estado.



## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Anpocs; Unicamp; Hucitec, 1992.

BRASIL. Congresso. Senado. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996**. Brasília, DF.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm). Acesso em: 14 fev. 2021.

BUAINAIN, A. M.; FONSECA, R. B. Agricultura familiar no Brasil: a vis, o acadêmica. In: Agrópolis. **Cosecha Fina/Zafra de Verano**. Campo Acadêmico Brasil. Universidade Campinas, 2011. p. 108 -113.

DELGADO, G. C., BERGAMASCO, S. M. P. Pereira. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: MDA, 2017.

FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. **In: Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2005.

FRANÇA, C. G. de, DEL GROSSI, M. E. e MARQUES, V. P. M. de A. **O Censo Agropecuário de 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil**. Brasília, NEAD/MDA, 2009.

IBGE: **ATLAS do espaço rural brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <httphttps://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/#/home>. Acesso em: 21. mar. 2023.

IBGE: **CENSO AGROPECUÁRIO 2006**: Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censoagropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 20. out. 2022.

IBGE: **CENSO agropecuário 2017**. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censoagropecuario-2017>. Acesso em: 20. out. 2022.

IBGE: **CENSO Demográfico 2000**. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2000/inicial>. Acesso em: 20. out. 2022.

IBGE: **CENSO Demográfico 2010**. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em: 20. out. 2022.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária. Módulo Fiscal. Brasília:

INCRA, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/modulo-fiscal>. Acesso em: 18. abr. 2023.

LANDAU, E. C.; SILVA, G. A. da; MOURA, L.; HIRSCH, A.; GUIMARAES, D. P. (Ed.). Dinâmica da produção agropecuária e da paisagem natural no Brasil nas últimas décadas: cenário histórico, divisão política, características demográficas, socioeconômicas e ambientais. Brasília, DF: **Embrapa**, 2020. v. 1, cap. 40, p. 95-131.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Principais políticas públicas federais voltadas para a agricultura familiar. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 18 jan. 2018. Disponível em: [https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/temas/agricultura\\_familiar/entenda/informacoes\\_gerais.html?tagNivel1=6001&tagAtual=10065#:~:text=Entre%20as%20principais%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas,Alimenta%C3%A7%C3%A3o%20Escolar%20%E2%80%94%20PNAE%20%E2%80%94%20e](https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/temas/agricultura_familiar/entenda/informacoes_gerais.html?tagNivel1=6001&tagAtual=10065#:~:text=Entre%20as%20principais%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas,Alimenta%C3%A7%C3%A3o%20Escolar%20%E2%80%94%20PNAE%20%E2%80%94%20e). Acesso em: 16 fev. 2023.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; BARBOSA, H. J. N.; SÁ, T. H. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 18, n. 3, 2017.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; BARBOSA, H. J. N.; SÁ, T. H. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 18, n. 3, 2017.

SOUZA, L. C. e. O agronegócio no Triângulo Mineiro e o impacto das políticas públicas nas últimas décadas. In: Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais, 5, 2012, Araraquara. **Nupedor**, 2012. Disponível em: [http://www.uniara.com.br/nupedor/nupedor\\_2012/trabalhos/sessao\\_1/sessao\\_1F/04\\_Luciana\\_Souza.pdf](http://www.uniara.com.br/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_1/sessao_1F/04_Luciana_Souza.pdf). Acesso em: 22. abr. 2023

STÉDILE, J. P. A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000. São Paulo: **Expressão Popular**, 2013. V. 7.

TEXEIRA, G. **Um perfil atual da agricultura familiar**. Brasília, 2020.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 2004, n<sup>o</sup> 21, p. 42-62.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: **Anais do XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17**. Caxambu-MG, outubro de 1996, 34p.